



bancariosdf.com.br

/bancariosdf

Brasília, 3 de setembro de 2015



NEGOCIAÇÕES COM O BB

Sindicato cobra fim do ato de gestão



Nas primeiras rodadas de negociação, dias 24 e 25 de agosto, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e os representantes da instituição debateram a pauta de emprego, saúde e condições de trabalho. A cobrança pelo fim dos atos de gestão deu o tom das discussões.

A Comissão de Empresa cobrou mais contratações, tanto para repor as cerca de 5 mil vagas abertas em função do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) quanto para ampliar o quadro geral de trabalhadores. Mas para os negociadores do banco, as condições de trabalho não pioraram. Além disso, eles disseram que o BB não tem a política de promover demissões, a exemplo do que ocorre em outras instituições. O banco não se pronunciou em relação à reivindicação de ampliar o quadro de funcionários.

Jornada de 6 horas nas UE

O BB foi indagado sobre o cumprimento da jornada de 6 horas nas unidades estratégicas. Os representantes do banco não apresentaram resposta consistente sobre a questão, remetendo para outras diretorias da empresa a responsabilidade sobre o assunto. Em mesa, os representantes da Diref se comprometeram a indagar a Diretoria Gestão de Pessoas para trazer uma resposta à Comissão de Empresa sobre o assunto.

"A luta dos bancários pelo cumprimento da jornada de 6 horas é histórica e vem forçando a empresa a rever o desrespeito ao direito do trabalhador. O BB se recusa a negociar o tema com os sindicatos, o que prejudica a discussão. Os bancários estão preparados para resistir caso o BB implante medidas unilaterais que prejudiquem os trabalhadores", afirmou o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**, que representa a Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa.

Licença saúde

Foi cobrado do Banco do Brasil a melhoria das condições dos funcionários em licença saú-

de, como a prorrogação do pagamento dos auxílios refeição e a cesta-alimentação durante todo o período da licença, bem como a irredutibilidade do salário durante o período de afastamento. O banco considera muito difícil o atendimento desta proposta. Os funcionários argumentaram que a perda dos tíquetes alimentação e refeição tem levado muitos funcionários a trabalharem doentes, o que agrava e prorroga os motivos do afastamento.

Na pauta de saúde, os destaques foram a discriminação dos funcionários oriundos de bancos incorporados e o acesso aos programas de saúde do BB. Os trabalhadores cobraram do Banco a apresentação uma lista de todos os itens que há impedimentos aos funcionários de bancos incorporados para a busca conjunta de soluções.

Foi cobrado do banco ainda as soluções para que os funcionários incorporados possam participar da Cassi e da Previ nas situações existentes possíveis hoje para alguns grupos.

BB se esquia de discutir o fim do ato de gestão

O Sindicato novamente cobrou do Banco do Brasil o fim das demissões e descomissionamentos por ato de gestão, quando não é dada nenhuma justificativa ao trabalhador. O banco tem afirmado que os casos demissão e descomissionamentos são pontuais e que não vê neste momento a necessidade de acabar com esse instrumento.

O diretor do Sindicato Rafael Zanon entende que o ato de gestão é instrumento político nas mãos da direção do BB para perseguir e retaliar os trabalhadores. Além de remeter a períodos ruins da história do BB, como a ditadura e década de 90, enfraquece a imagem da gestão perante os trabalhadores, já que existe cláusula no acordo coletivo que regula o descomissionamento. *"Vamos lutar para acabar com essa violência".*

Pressão por mais segurança e isonomia

Já na rodada de negociações do dia 31 de agosto, os representantes dos trabalhadores cobraram do BB mais segurança e isonomia.

Os bancários reivindicaram que as solicitações de abono passem a ser registradas eletronicamente, inclusive a justificativa da recusa. São necessários mecanismos para proteger os trabalhadores.

Ao ser cobrado sobre a instalação de pora de segurança em todas as agências, abertura remota dos cofres e ampliação dos terminais com tintamento, o BB concordou com a solicitação e disse que está estudando as medidas necessárias para implementação das medidas.

O Sindicato também solicitou ao BB o cumprimento da lei distrital que obriga a instalação de biombos nos caixas. No entanto, o banco garantiu que já vem realizando este serviço.

Ao ser solicitado sobre a regularização do mérito e PLR para os funcionários requisitados à presidência e outros órgão públicos, como prevê a legislação, o BB informou que está estudando o assunto.

Sobre a cobrança de recontração dos vigilantes para os centros administrativos, o BB disse que cumpre os requisitos legais e que não pretende voltar a ter vigilantes em prédios onde houve a retirada.

Isonomia para os pós-98 e incorporados

O Sindicato reivindicou licença-prêmio para todos os funcionários. Porém, o BB negou, se ancorando na resolução número 9 do Dest, órgão controlador das estatais, que veda a licença-prêmio nessas empresas. A solicitação de férias de 35 dias (após 20 anos) e anuênio para os pós-98 foi negada pelo BB.

Quanto à isonomia para os funcionários oriundos de bancos incorporados, o BB também informou que está estudando a proposta.

Nova rodada

A próxima negociação com o banco será no dia 11 de setembro e vai tratar de cláusulas sociais e previdência complementar. Leia a matéria completa em **bancariosdf.com.br**.

Funcionalismo apresenta ao BB

propostas emergenciais para a Cassi

Dando prosseguimento aos debates da mesa de negociações sobre a Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil), as entidades representativas do funcionalismo, entre elas a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) e o Sindicato dos Bancários de Brasília, apresentaram à direção do BB nesta quinta-feira (27) propostas de caráter emergencial e reafirmaram reivindicações que já foram colocadas em mesa. O banco vai estudar as sugestões e dará uma resposta na sexta-feira 4 de setembro.

As reivindicações de caráter emergencial contemplam um reforço de caixa na Cassi para que discussões de caráter mais permanente e de sustentabilidade sejam debatidas com mais tranquilidade.

Foram apresentadas as seguintes propostas de caráter emergencial:

- Antecipação do repasse da contribuição patronal e pessoal do valor referente à Cassi sobre o 13º salário do ano de 2015, sendo que na parte pessoal também seria uma antecipação feita pelo banco.
- Contribuição à Caixa de Assistência sobre os acordos de Comissão de Conciliação Voluntária e Comissão de Conciliação Prévia (CCV/CCP). Este item também é integrante da minuta de reivindicações aprovada no Congresso dos Funcionários do BB.
- Contribuição à Caixa de Assistência sobre as verbas trabalhistas referentes a processos e acordos judiciais.
- Destinação para a Cassi do percentual de 5% sobre o montante a ser distribuído na PLR, antes da distribuição aos funcionários.
- Antecipação do percentual destinado à Cassi sobre valor do BET (Benefício Especial Temporário) já provisionado para ser pago pela Previ aos funcionários da ativa integrantes do Plano 1, assim que



se aposentarem. Já consta do regulamento do BET a contribuição para a Cassi. Os valores seriam antecipados do montante já contabilizado na Previ.

Os representantes também reafirmaram ao banco propostas já apresentadas e discutidas entre as entidades e dirigentes eleitos da Cassi:

- Dois aportes de R\$ 300 milhões para cobertura dos déficits até início do projeto piloto de ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e implantação das medidas estruturantes.
- Aporte extraordinário de R\$ 150 milhões para implantação do projeto piloto.
- Inclusão no Estatuto da Cassi do compromisso de proporcionalidade de contribuição de uma vez e meia do BB para uma dos associados.

A próxima reunião das entidades representativas dos funcionários do BB com a direção do banco foi agendada para o dia 4 de setembro, próxima sexta-feira, quando a empresa dará uma resposta sobre essas propostas.

“Penso que demos hoje mais um passo importante para equilibrar a Cassi. Merece destaque o esforço

conjunto de todas as entidades do funcionalismo de buscar consenso na construção dessas propostas, que são emergenciais, enquanto negociamos com o banco medidas de longo prazo visando encontrar uma solução definitiva para a sustentabilidade da nossa Caixa de Assistência. Lembro que, em relação às medidas de longo prazo, já existe acordo entre BB e entidades no que se refere à ampliação da Estratégia Saúde da Família e manutenção do princípio da solidariedade”, avalia Rafael Zanon, que representa a Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Zanon também é diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e bancário do BB.

Busca da sustentabilidade na Cassi

As entidades representativas do funcionalismo vêm, desde maio deste ano, mantendo processo de negociação com o BB visando buscar o equilíbrio do Plano de Associados, que cuida da saúde dos mais de 400 mil funcionários, aposentados e seus dependentes.

Participam das negociações com o BB a Contraf-CUT, assessor

rada pela Comissão de Empresa dos Funcionários (na qual a Fetec-CUT/CN está representada), dirigentes eleitos da Cassi e representantes da Anabb, da AAFBB, da Federação das Associações de Aposentados e da Contec.

Já foram estabelecidos alguns consensos entre banco e entidades desde o início das negociações, entre eles a manutenção do princípio da solidariedade no Plano de Associados e a conclusão da implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF), que prioriza a prevenção, sendo mais eficaz para equilibrar as contas da entidade.

Para custear o déficit atual e ampliar o ESF, as entidades propuseram aportes patronais.

Em resposta, o BB condicionou os aportes à transferência do compromisso com as contribuições pós-laborais para um fundo sob responsabilidade da Cassi.

Considerando a falta de acordo e a situação das reservas técnicas da Cassi, no entanto, as negociações estão também tratando de propostas de cunho emergencial, de forma que não se interrompa o processo de diálogo e que se encontre soluções para a sustentabilidade da Cassi, sem que haja perda de benefícios ou problemas na assistência médica dos associados.

Funcionários do BB conquistam ampliação da cobertura do Plano Odontológico

A direção do Banco do Brasil informou, na quarta-feira 26, à Comissão de Empresa dos Funcionários, que tem a participação da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Note (Fetec-CUT/CN), os avanços na ampliação da lista de procedimentos do Plano Odontológico, atendendo reivindicação das bancárias e bancários.

A melhoria na cobertura do plano odontológico é reivindicação histórica dos funcionários, desde que foi implantado, uma conquista da Campanha Nacional 2008.

"Desde que o Plano Odontológico foi conquistado, estamos reivindicando a ampliação do rol de procedimentos. Esse é um avanço importante, mas vamos continuar

lutando para ampliar ainda mais a cobertura de procedimentos", afirma **Rafael Zanon**, representante da Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Zanon também é diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e bancário do BB.

O banco informou que o plano do funcionalismo foi alterado de BB Dental Econômico para BB Dental Integral. Além dos 188 procedimentos já cobertos anteriormente, foram incluídos os seguintes:

- Consulta para Técnica de Clareamento Dentário Caseiro.
- Mantenedor de espaço fixo.
- Mantenedor de espaço removível.

- Panorâmica Especial para ATM.
- Radiografia da ATM.
- Radiografia da mão e punho-carpal.
- Radiografia panorâmica de mandíbula/maxila (ortopantomografia) com traçado cefalométrico.
- Telerradiografia.
- Telerradiografia com traçado cefalométrico.
- Documentação Periodontal (panorâmica com traçado, levantamento periapical, interproximais, fotos - 2 extra e 3 intra bucais, modelos, caixa para modelos e pasta).
- Manutenção periodontal.

- Enxerto conjuntivo subepitelial.
- Remoção de corpo estranho no seio maxilar.
- Redução de Tuberosidade.
- Cirurgia odontológica com aplicação de aloenxertos.
- Tracionamento cirúrgico com finalidade ortodôntica.
- Clareamento de dente desvitalizado.

A direção do BB informou que, além das novas coberturas, houve alteração da unidade odontológica de R\$ 0,40 para R\$ 0,51 para reembolso dos valores pagos em livre escolha, ou seja, quando o beneficiário realiza o seu tratamento com um profissional que não pertence à rede credenciada.

Sindicato mobiliza bancários em reuniões nos locais de trabalho

Nas últimas semanas, os dirigentes sindicais visitaram as agências do Banco do Brasil da Ceasa, do Banco Central, do Brasília Shopping, Estilo TCU, Conjunto Nacional, Gilberto Salomão, Agência Nacional de Águas (ANA), Estilo Senado, Estilo 514 Sul, Quartel General e Ministério do Trabalho e

Agricultura. A Campanha Nacional 2015 foi o principal assunto discutido. Também foram debatidos temas como a participação e importância dos delegados sindicais, resoluções da 17ª Conferência Nacional, congresso específico do BB, terceirização e Cassi.

Além disso, os trabalhadores

receberam esclarecimentos sobre a luta pelo cumprimento da jornada de 6 horas, assédio moral, intervalo de 15 minutos das mulheres, ações coletivas e sobre os serviços disponibilizados pelo Sindicato, como atendimento jurídico e a Central de Atendimento, que recebe denúncias, críticas e/ou sugestões.

Participaram das visitas os diretores do Sindicato Teresa Cristina, Marianna Coelho, Rafael Zanon, Wadson Boaventura, Wescly Queiroz, Cida Sousa e José Herculano (o Bala), além do diretor da Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN) Alexandre Stilben e do presidente do Sindicato, Eduardo Araújo.



Bacen



201 Norte



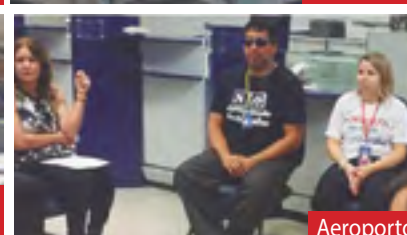
ANA



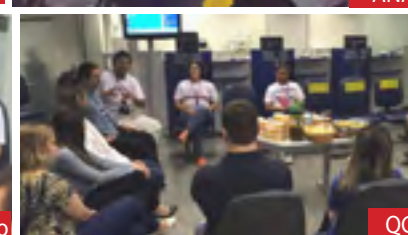
Ceasa



Ministério do Trabalho e da Agricultura



Aeroporto



QG



Estilo Senado

Banqueiros não querem discutir garantia de emprego



VOCÊ NO APERTO
E OS BANCOS
NÃO PARAM DE GANHAR. **SUGADORES**

Pontapé inicial da Campanha Nacional 2015, a primeira rodada de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban foi realizada nesta quarta-feira (19), em São Paulo. Emprego foi o tema da reunião, que contou com a participação do presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo.

Na primeira rodada de negociação, os representantes dos trabalhadores apresentaram e defenderam 25 cláusulas da minuta entregue à Fenaban no último dia 11 de agosto. Entre as principais defesas dos dirigentes sindicais está o item J do artigo 40, que reivindica estabilidade de 5 anos para empregados de empresas incorporadas.

Demissão imotivada

Depois de um debate conceitual sobre emprego e a convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que proíbe a demissão imotivada – artigos 39 e 40 da minuta da Fenaban, os banqueiros, após exemplificarem situações na Espanha e no Uruguai, negaram tal reivindicação justificando que o Brasil não é signatário da convenção 158.

Os dados sobre estoque de emprego, massa salarial e salário médio, apurados com base em dados públicos, apresentados pelos sindicatos dos bancários, incluindo o de Brasília, foram contestados pelo representante da Fenaban, que não apresentou suas fontes para serem comparadas.

Contratações

Após serem cobrados pelo movimento sindical a ampliar o número de bancários para reduzir o déficit de pessoal nos locais de trabalho e melhorar o atendimento à população, os banqueiros afirmaram que não existe nenhum estudo que mostre a necessidade de mais contratações. Disseram ainda que as agências estão bem dimensionadas. Será?

Mudanças tecnológicas

Ainda durante a negociação, os dirigentes sindicais apresentaram uma proposta de criação da Comissão de Mudanças Tecnológicas. O

debate não prosperou, pois, segundo os representantes das instituições financeiras, são questões de interesse de cada banco e o fórum destinado a esse debate não tem apresentado avanços significativos. Apesar da negativa, os banqueiros têm interesse em manter o fórum de novas tecnologias.

Terceirização

Terceirização também foi alvo de discussões acaloradas (artigo 43 da minuta). No desdobramento do debate, apareceu claramente o antagonismo sobre o PL 4330 (rebatizado de PLC 30 no Senado), que os banqueiros apoiam. A proposta que tramita no Congresso Nacional ataca os direitos da classe trabalhadora. Por esse e outros motivos, os bancários são contrários ao PLC 30.

Abonos

Os bancários também exigiram o cumprimento do artigo 51 da minuta, que reivindica 5 dias de abonos assiduidade. Contudo, não houve nenhuma sinalização, por parte dos banqueiros, de avanço nesta proposta.

“A postura dos banqueiros não foi nada satisfatória, porque não querem discutir a garantia de empregos. Durante a negociação, eles ainda falaram que apoiam o PLC 30, que amplia a terceirização. Por isso, vamos continuar mobilizando todos os trabalhadores para que a gente não saia com uma proposta de acordo ruim, na medida que os resultados dos bancos têm sido muito bons e não existe nenhuma crise no sistema financeiro”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília,

Eduardo Araújo.

